

ATA N.º 12 (REUNIÃO PRIVADA)

---- Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e dezasseis, na Cidade de Ourém, no edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e JOÃO PAULO PINA REBELO, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos. -----OOXXXOO 000 ABERTURA DA REUNIÃO----------O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º OOXXXOO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA --------- Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente deu seguidamente a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de assuntos gerais para a autarquia.--------- Tomou a palavra o **Senhor Vereador Nazareno do Carmo**, que informou de que se irá proceder, de imediato, a uma apresentação sobre o ponto de situação dos trabalhos relativos à revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém, com a presença dos técnicos da Equipa de Projeto de "Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017" e representante da empresa Gestão Integrada de Projetos e Planeamento, Limitada, Eng. José António Lameiras, contratada para prestar serviços de

consultadoria nas áreas de ordenamento do território e de urbanismo no âmbito da conclusão dos trabalhos de revisão daquele plano. -----

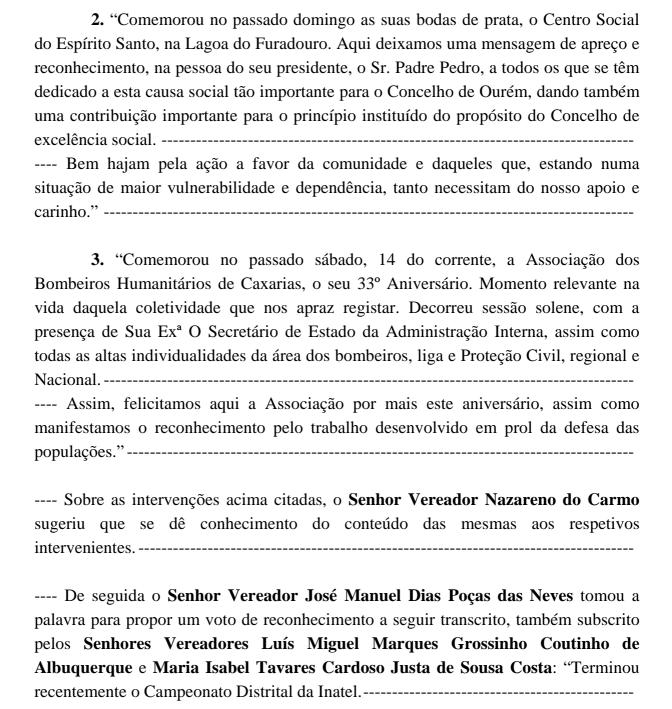


O Senhor Eng. José António Lameiras procedeu a uma breve exposição, focalizada
nos aspetos mais importantes do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de
Ourém, nomeadamente:
Fundamentação/Justificação para a revisão;
➤ Contexto atual;
➤ Novos conteúdos materiais e documentais;
➤ Síntese do diagnóstico;
➤ Instrumentos de Gestão Territorial em vigor;
> Estratégia;
➤ Modelo territorial;
➤ Unidades territoriais/Unidades de Planeamento;
➤ Ordenamento – Planta de condicionantes;
> Ordenamento/Sistemas;
Quadro síntese e de comparação com o plano em vigor;
> Regulamento;
> Cronograma e procedimentos a desenvolver
Seguidamente tomou de novo a palavra o Senhor Vereador Nazareno do Carmo
para referir que vão continuar a existir constrangimentos no PDM, dando como
exemplos, o cumprimento das linhas de água e o impedimento relativo à construção,
nos próximos 20 anos, em áreas ardidas
Por outro lado salientou a existência de aspetos a enaltecer neste trabalho, tais
como a otimização da área de construção que apesar da área edificável ter diminuído,
não se perdeu capacidade de construção, a possibilidade de regularizar, no prazo de
dois anos, situações que se encontram atualmente em desconformidade e ainda a
capacidade de flexibilidade de permitir, às empresas que o pretendam, instalarem-se
no Concelho, por motivos específicos ou de interesse público
Deu ainda conta de que os Senhores Vereadores poderão consultar o processo em
questão em data e hora a acordar, podendo, caso entendam, apresentar eventuais
contributos

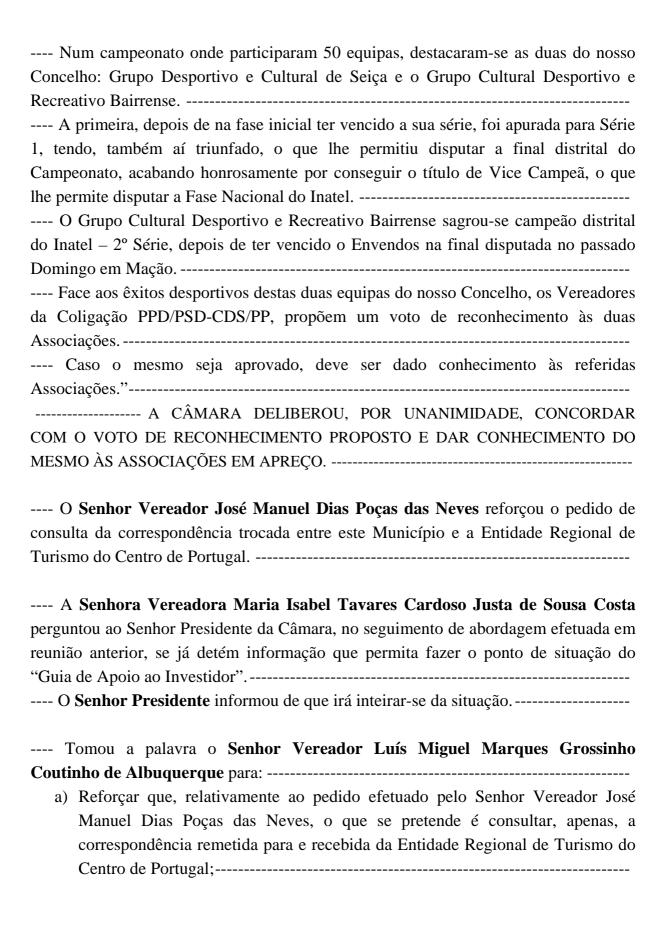
1. "Teve lugar na passada semana, mais uma peregrinação aniversaria de Maio em Fátima. O acontecimento, que como habitualmente contou com a afluência de muito visitantes peregrinos ao Santuário, decorreu de forma ordeira e pacifica, contando com um exemplar empenhamento e desempenho por parte de todos os intervenientes, com principal relevância para todas as frentes da Proteção Civil,

---- Por fim o Senhor Vereador Nazareno do Carmo expôs o seguinte: -----











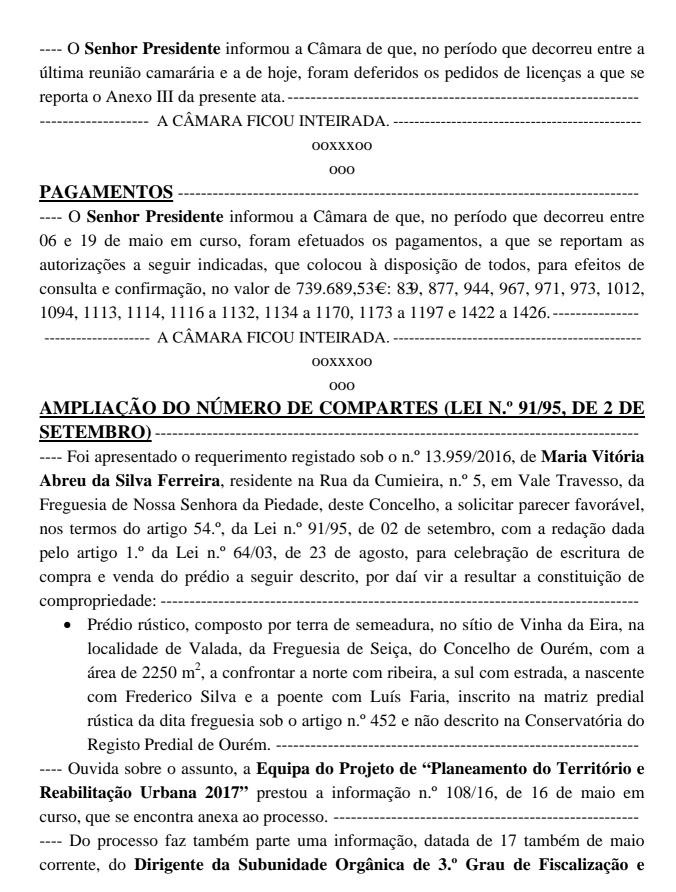
---- Por último tomou a palavra o **Senhor Presidente** para dar conta da sua recente deslocação aos Estados Unidos da América, referindo que se trata de uma comunidade portuguesa muito ativa e dinâmica e de que a angariação de fundos para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém rendeu cerca de 50.000,00 euros. -

ooxxxoo

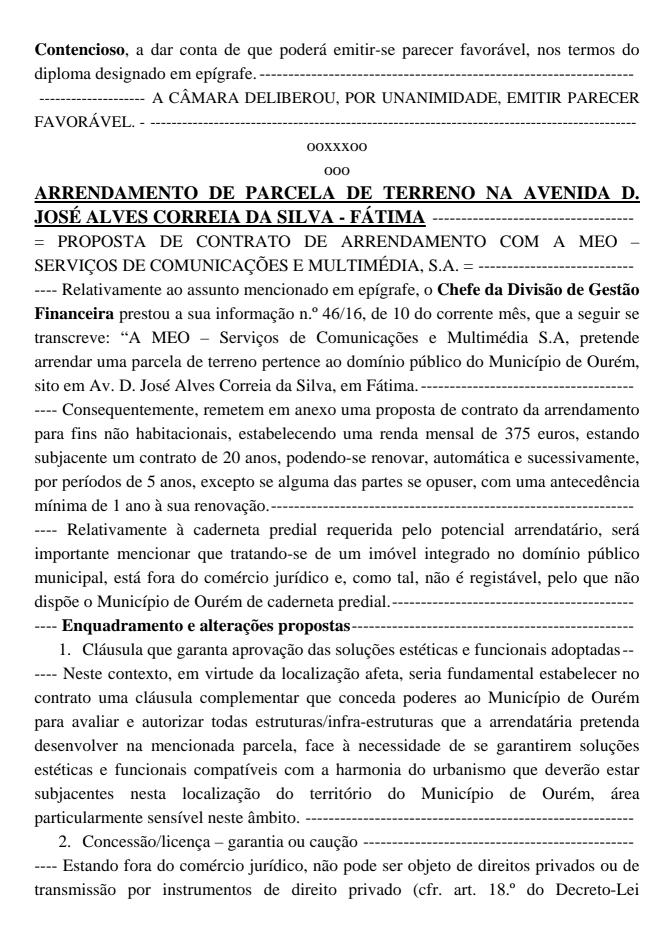
000

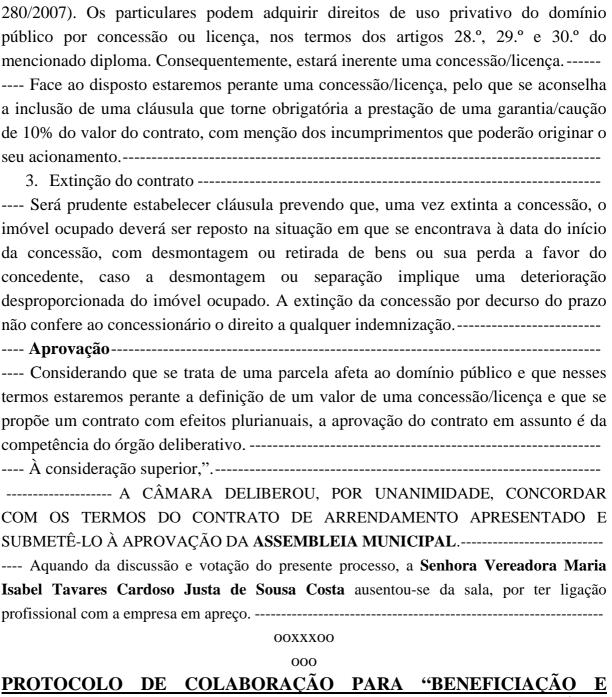
<u>INFORMAÇÃO</u>	A	<u>CAMARA</u>	DAS	DECIS	OES]	DO	SENI	<u>HOR</u>
PRESIDENTE	EM	CONSEQ	UÊNCIA	DA	DELI	EGAÇ	ÃO	DE
COMPETÊNCIA	S EFE	TUADA E	M REUN	IÃO DE	29 DE	MAI() DE 2	2015
= 1. CONCESSÃO	DE L	ICENÇAS	PARA C	ONSTRU	ÇÃO, R	REEDI	FICA	ÇÃO
OU CONSERVA	ÇÃO,	BEM CO	MO APR	ROVAÇÃ	o Dos	RES	SPETI	VOS
PROJETOS, NOS	TERM	OS DA LEI	:					
Nos termos do	n.° 2,	do artigo 34	4.° da Lei	n.° 75/20	13, de 1	2 de :	setemb	ro, o
Senhor Presidente	informo	ou a Câmara	de que, no	período o	que deco	rreu en	itre a ú	ltima
reunião camarária e	a de ho	oje, foram de	feridos os	pedidos d	e licença	as a qu	e se re	porta
o Anexo II da prese	nte ata.							
A (CÂMAR	A FICOU IN	TEIRADA.					









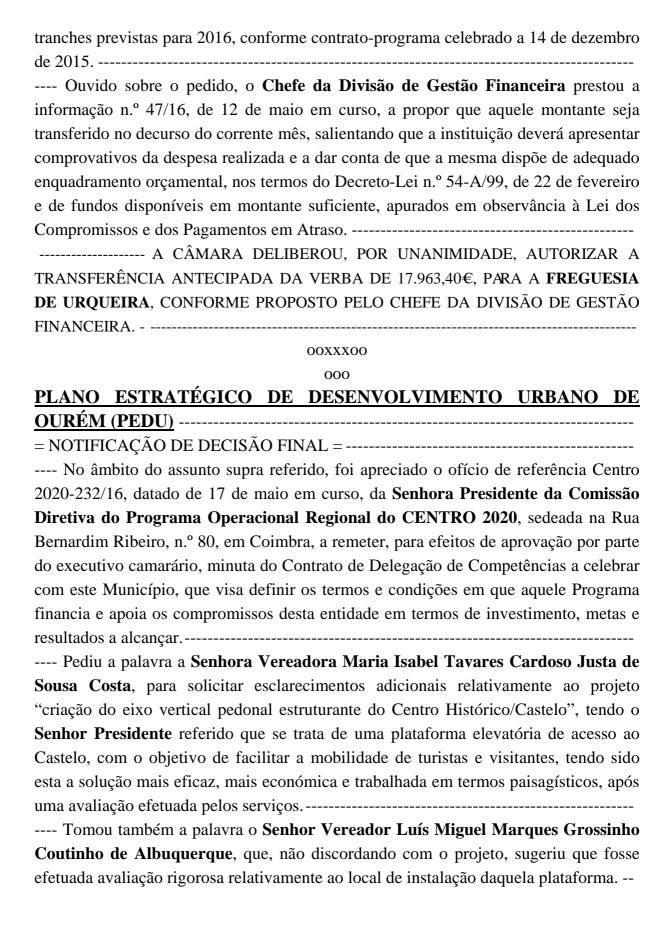


PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA "BENEFICIAÇÃO E RETIRADA DA COBERTURA DE FIBROCIMENTO DO EDIFÍCIO SEDE DA FREGUESIA DE URQUEIRA" ------

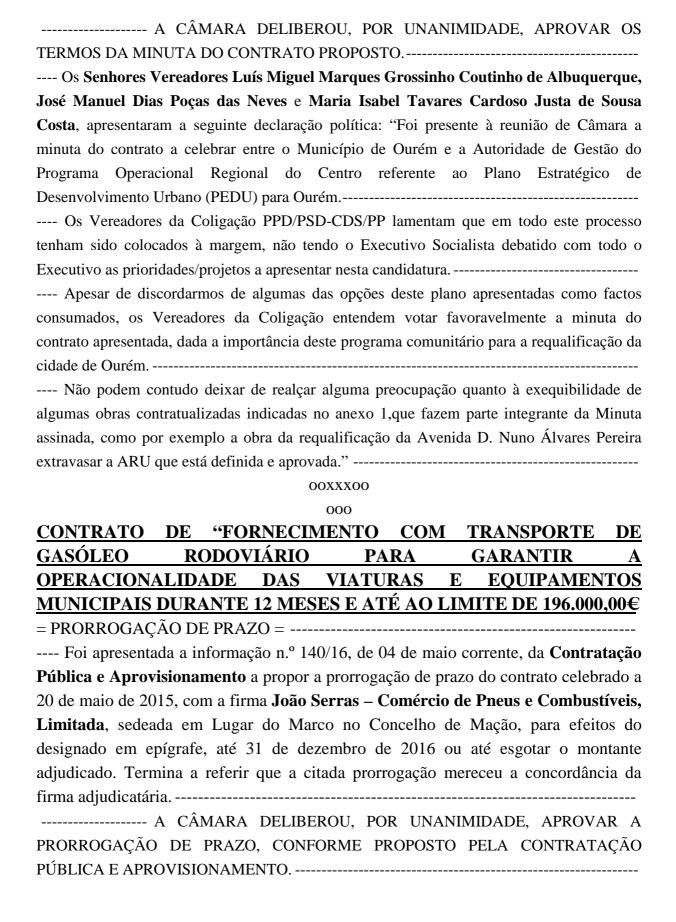
= PEDIDO DE ADIANTAMENTO DE VERBA = ------

---- Foi apreciado o ofício n.º 20/16, datado de 29 de abril findo, da **Freguesia de Urqueira**, com sede no Largo do Rossio, n.º 1, em Urqueira, deste Concelho, a solicitar o pagamento antecipado da verba de 17.963,40€, correspondente às restantes



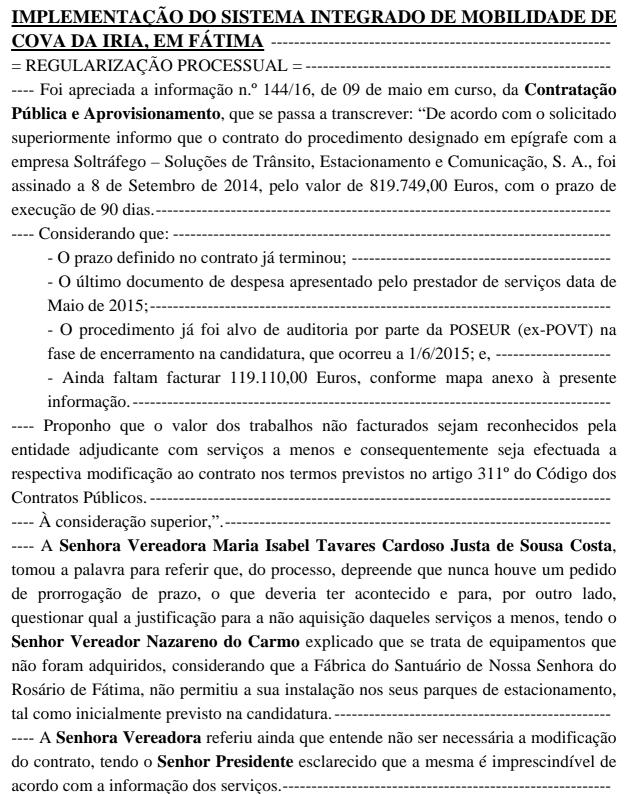




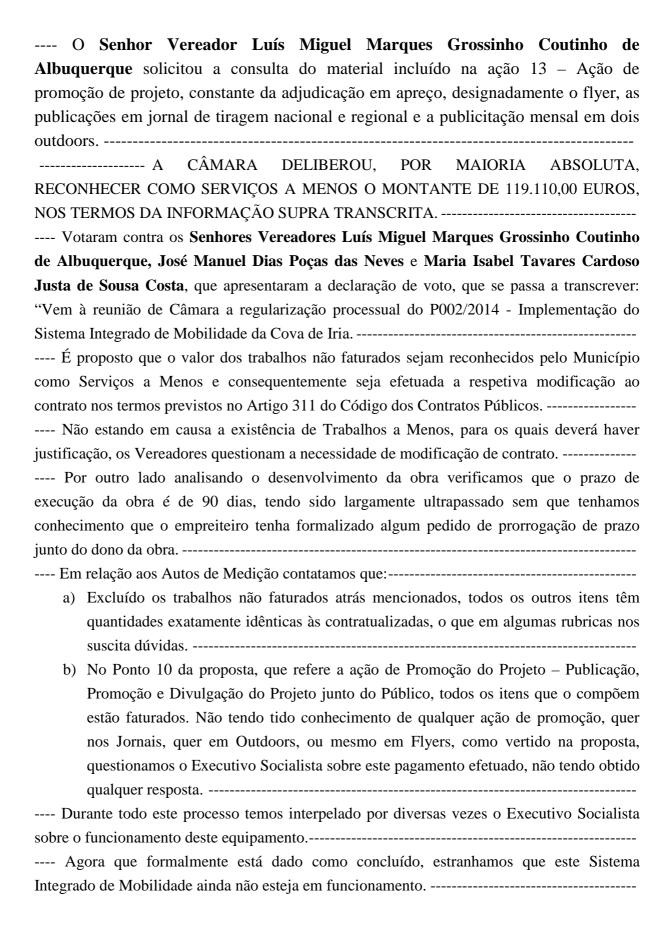




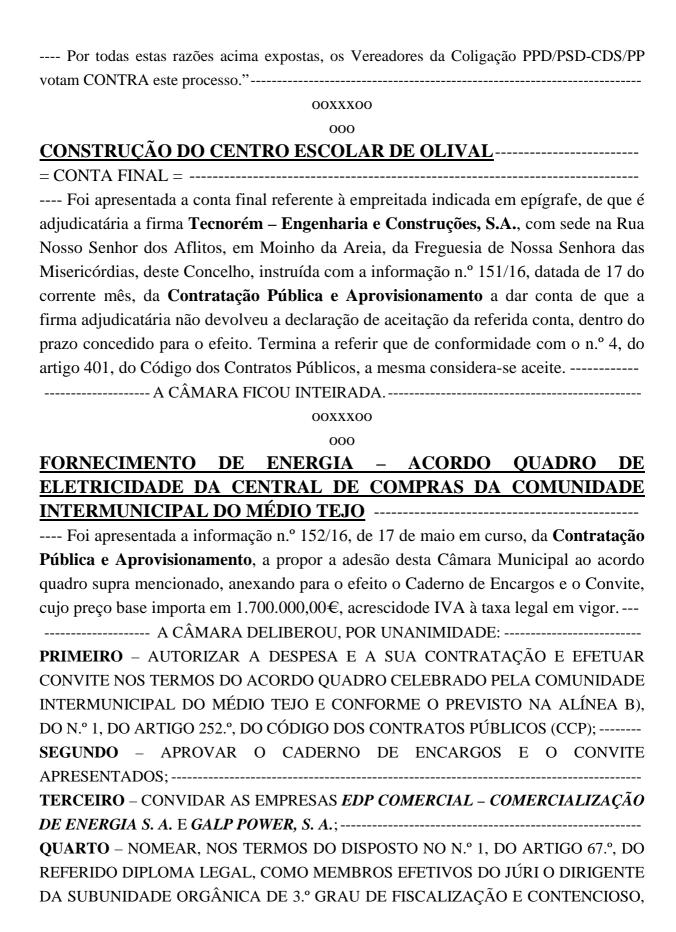
OOXXXOO













- > ESCLARECIMENTOS A DAR AOS CONCORRENTES;-----

OOXXXOO

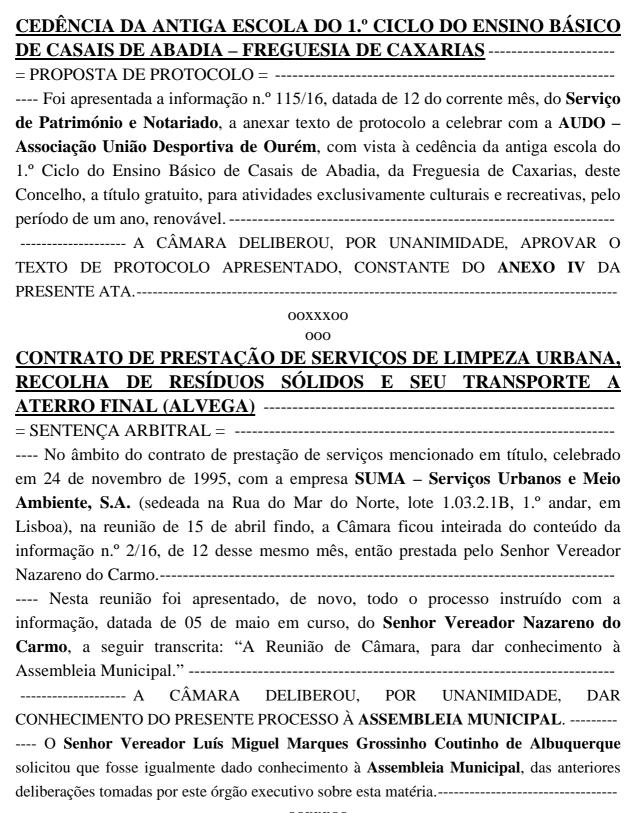
000

= ACERTO DE ESTREMA = ------

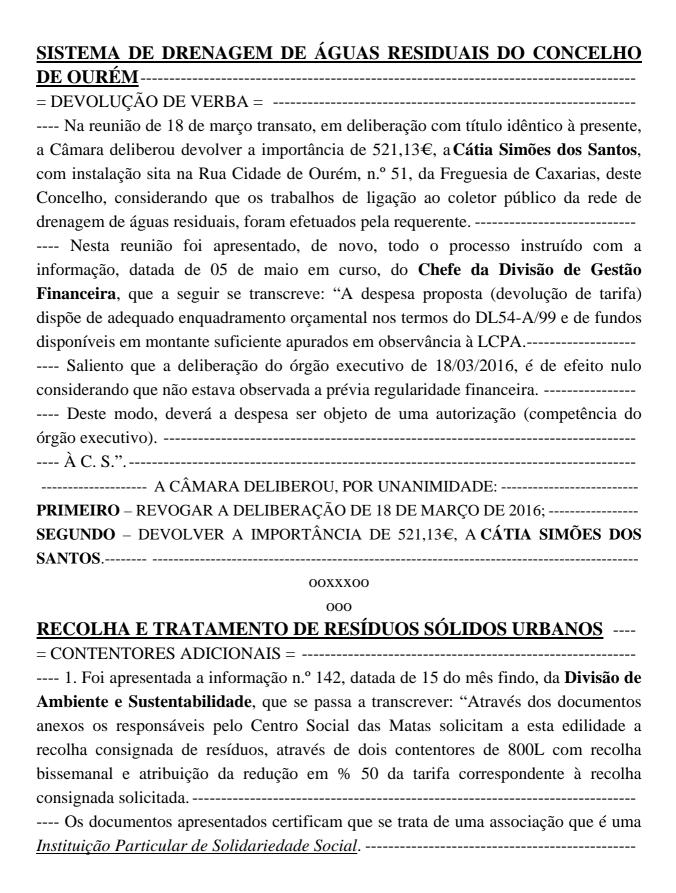
------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O ACERTO DE ESTREMAS CONFORME PROPOSTO PELOS SERVIÇOS E REMETER O PROCESSO PARA A **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**.------

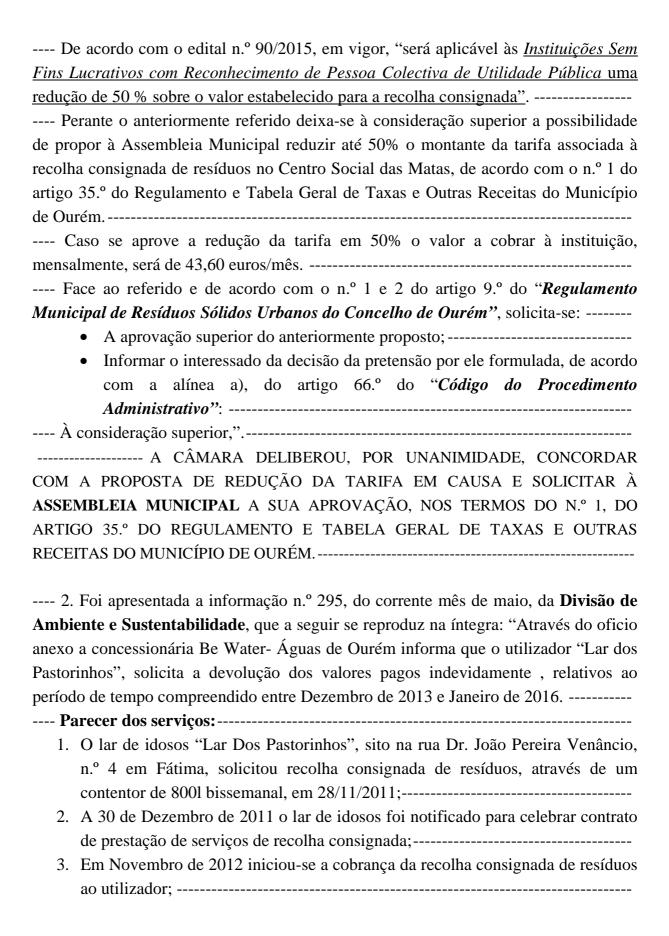
ooxxxoo



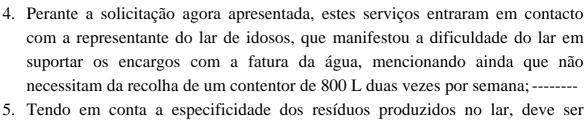


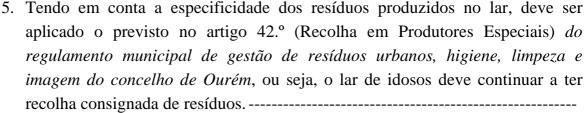


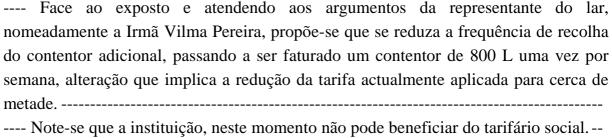






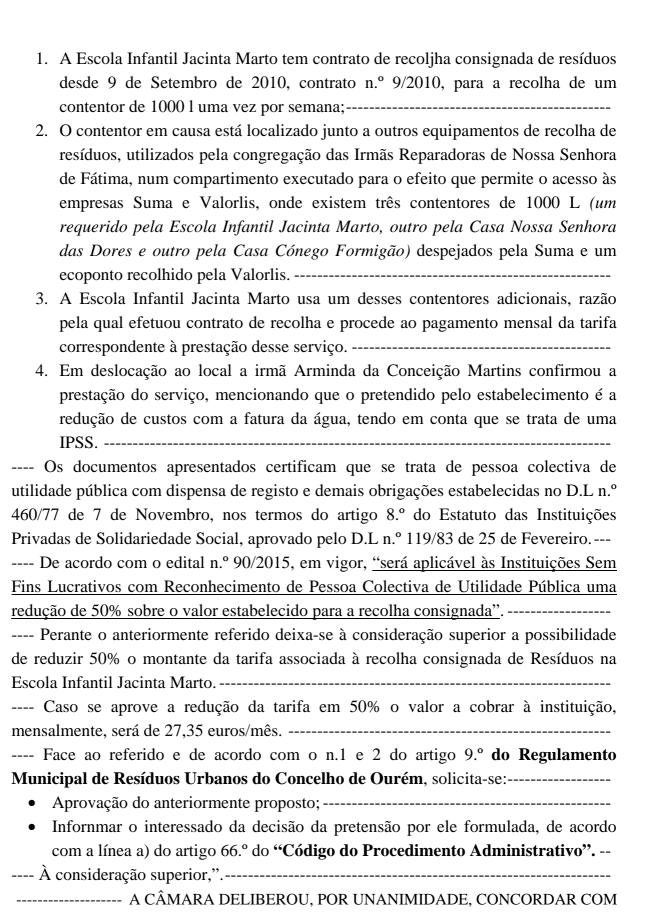


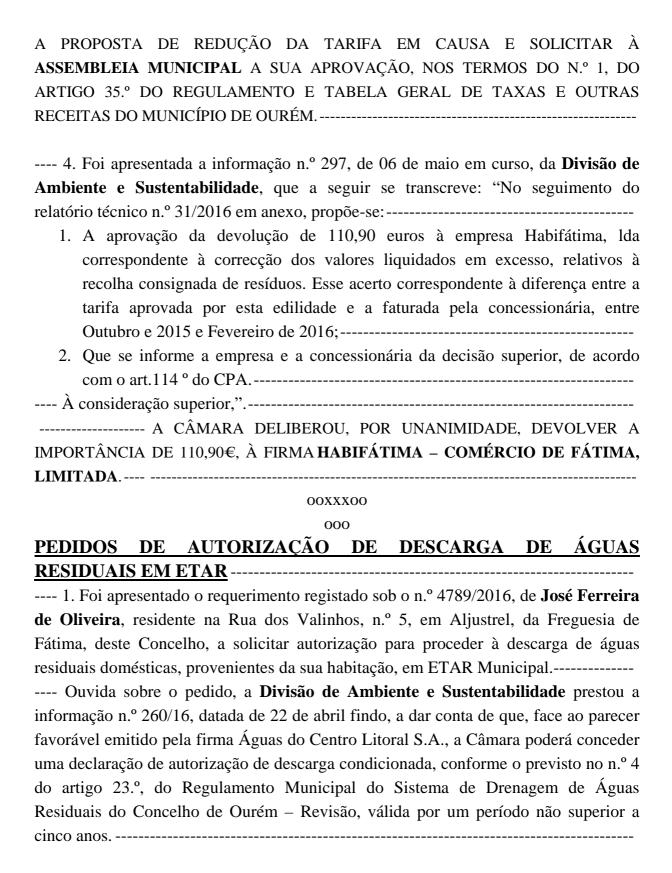




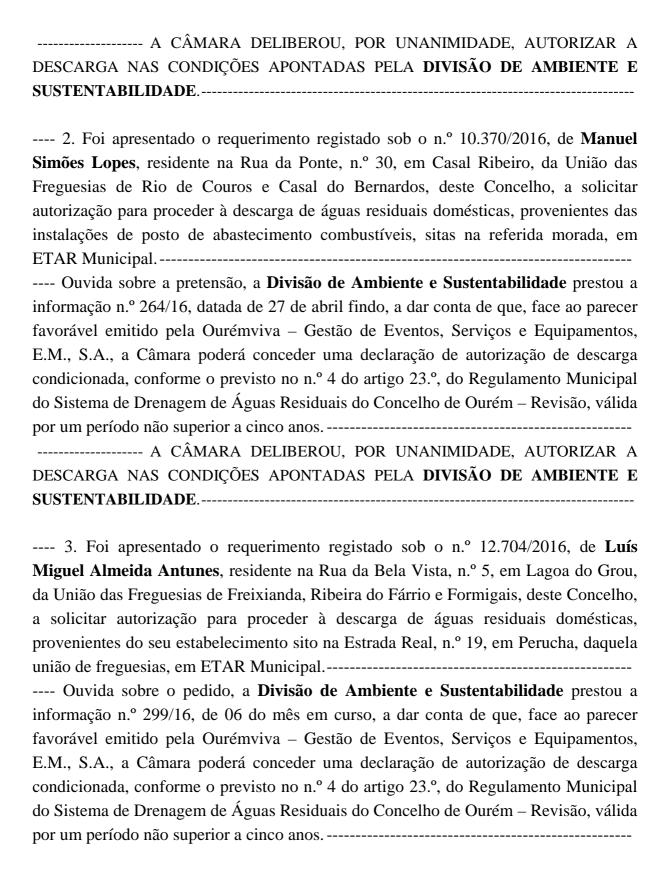
- ---- Perante o anteriormente referido, caso se concorde com o exposto, o utilizador "Lar dos Pastorinhos" deve ser: ------
 - 1. Notificado para proceder à alteração da recolha consignado reduzindo a sua frequência de recolha, o que implicação a redução da tarifa de resíduos para metade da actualmente aplicada; ------
 - 2. Alertando o lar para a necessidade de efectuar uma correcta separação dos resíduos recicláveis e proceder à sua colocação no ecoponto mais próximo;----
 - 3. Informado que no caso dos serviços de limpeza, da autarquia, detetarem problemas relativos à deposição dos resíduos a situação deverá de ser corrigida.



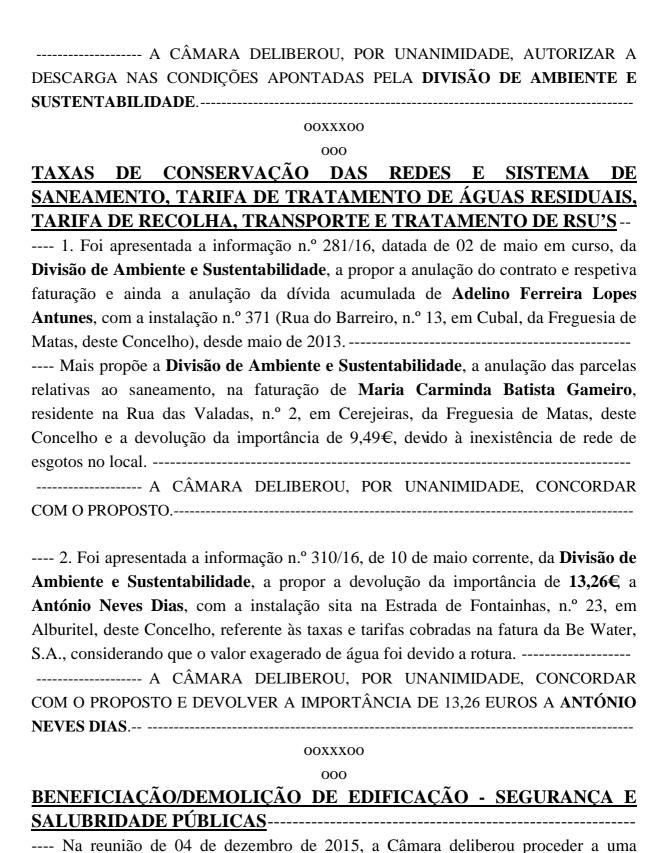






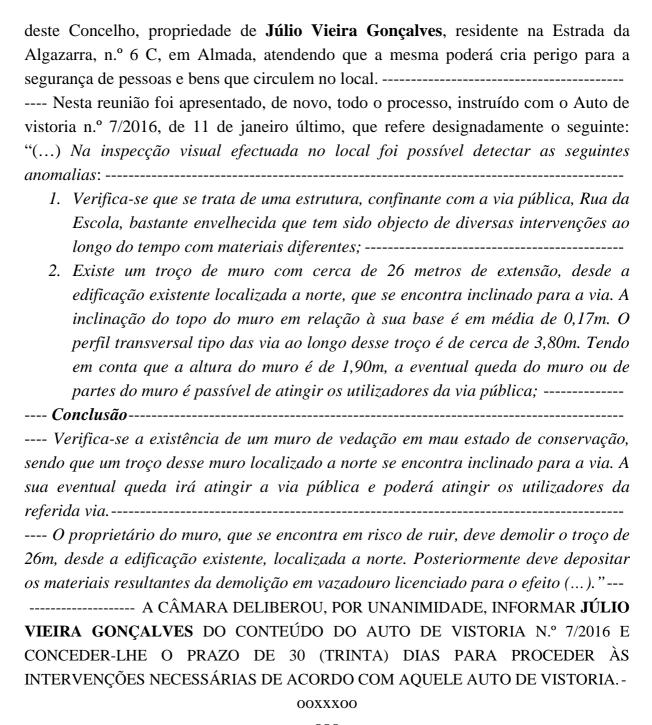






vistoria à edificação em avançado estado de degradação, sita na Rua das Escolas, no lugar de Sandoeira, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos,

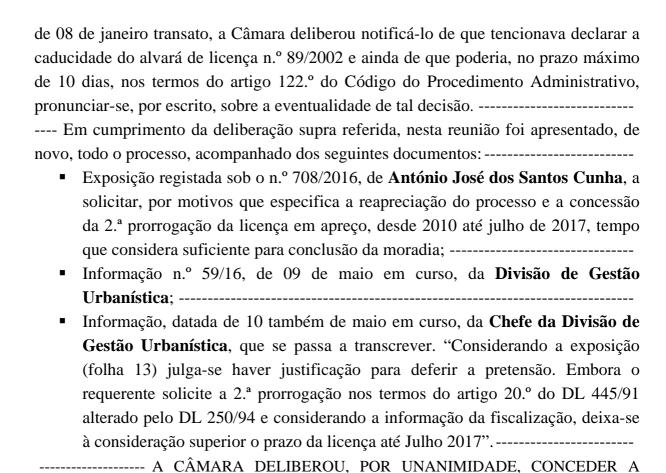




LICENCIAMENTOS DE OBRAS PARTICULARES-----

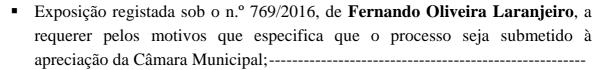
---- 1. Na presença do requerimento registado sob o n.º 355/2010, de **ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS CUNHA**, residente na Rua Santa Luzia, em Moita Redonda, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a solicitar a 2.ª prorrogação de prazo, por mais 1460 dias, para terminar as obras de construção de uma moradia na Rua do CEF, também em Moita Redonda (a que se refere a licença de obras n.º 89/2002), na reunião





PRORROGAÇÃO SOLICITADA. -----





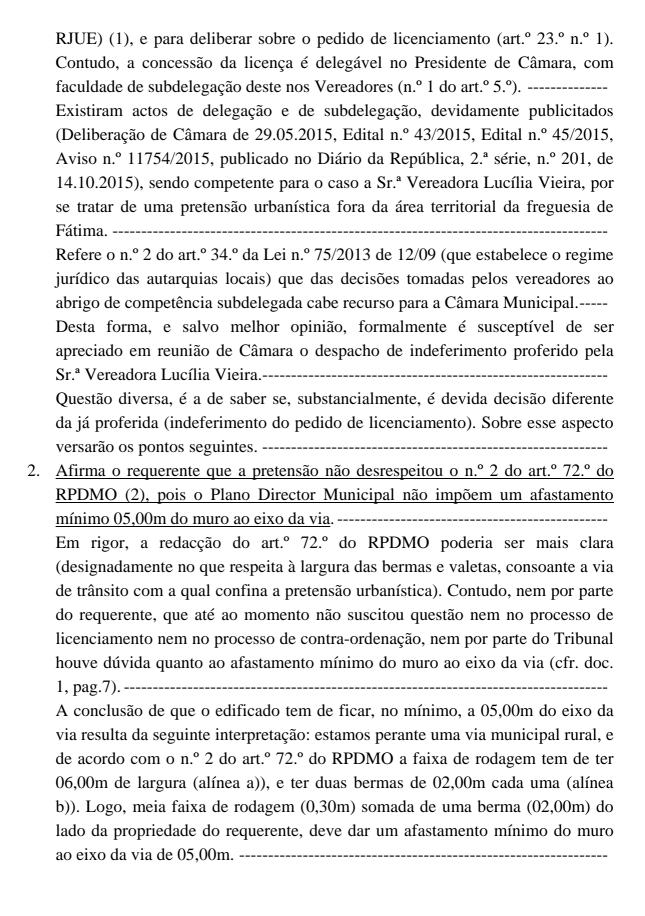
Informação n.º 34/16, de 11 de maio em curso, do **Serviço de Contencioso da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso**, que a seguir se reproduz na íntegra: "A presente informação é prestada na sequência do despacho do Sr. Chefe da Subunidade Orgânica de 3.º Grau Fiscalização e Contencioso, datado de 10.05.2016, aposto sobre a pronúncia do requerente ao despacho de indeferimento do pedido (SGD 13120/2016 - a fl. 100):------

--- Nota prévia:
--- Como já é do conhecimento superior no processo de contra-ordenação n.º
148/2013, movido ao acima identificado requerente por ter executado a operação urbanística objecto do presente processo de licenciamento à revelia de alvará de licença, foi aplicada uma coima de €1.000,00 e custas pelo Sr. Vereador Nazareno do Carmo. Aquele impugnou a decisão para Tribunal, e este órgão de soberania concedeu provimento à impugnação e absolveu o arguido (SGD 31398/2015 – doc. 1- decisão judicial).------

---- Análise do pretendido no requerimento SGD n.º 13120/2016 (fl. 100):-----

competência para deliberar sobre o projecto de arquitectura (art.º 20.º, n.º 3 do





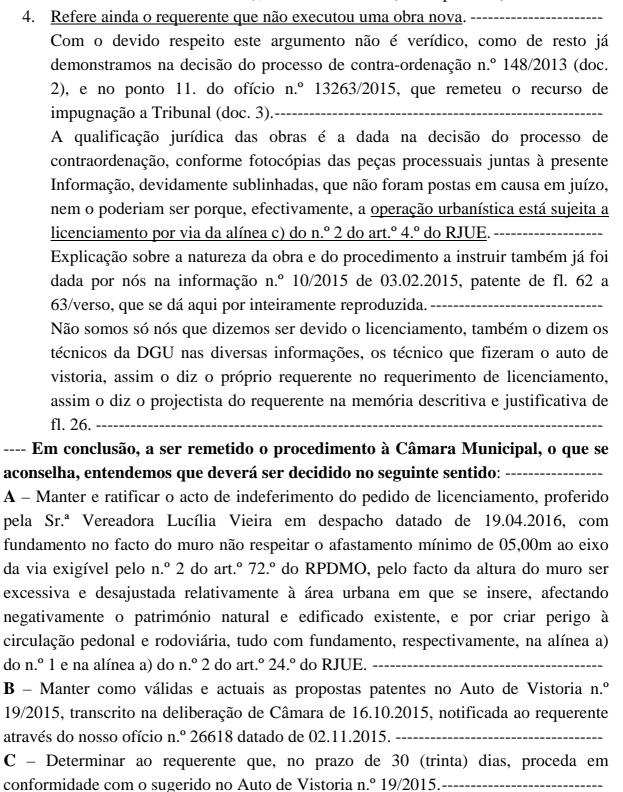


Note-se que desde o início do procedimento este aspecto de desconformidade vem sendo expressamente notificado ao requerente (cfr. fl. 32/verso e 34). ----- Assim, por efeito da conjugação do n.º 2 do art.º 72.º do RPDMO com o preceituado na alínea a) do n.º 1 do art.º 24.º do RJUE, o pedido de licenciamento deveria ter sido indeferido, como o foi, através do despacho de 19.04.2016 (fl. 96), precedido da prévia intenção de indeferimento devidamente notificada ao requerente (despacho de 28.10.2014, a fl. 50 e sua notificação a fl.

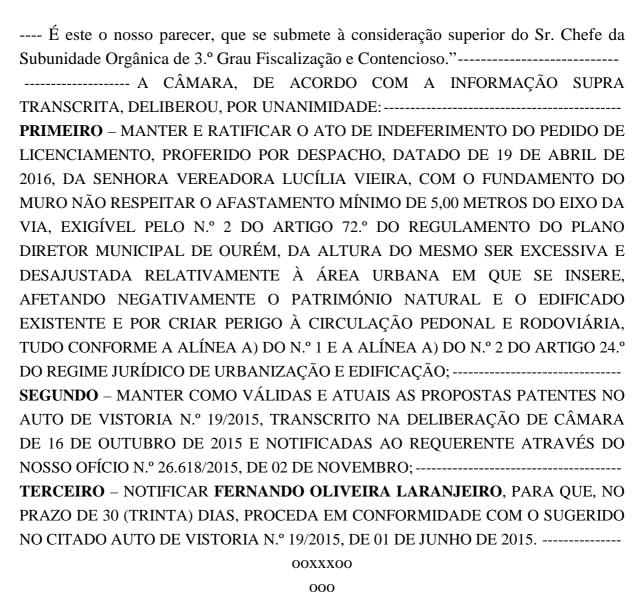
- - ii. A referida altura do muro, segundo auto de vistoria n.º 19/2015, datado de 01.06.2015 (fl. 77 e segts.), transcrito na deliberação de Câmara de 16.10.2015 (fl. 86 a 88), oportunamente notificada ao requerente através do ofício n.º 26618 datado de 02.11.2015 (fl. 89), agrava e reduz as condições de segurança dos utilizadores da via em causa, por impedir a visibilidade do cruzamento com a EM 560 e a sinalização de trânsito existente no local, potenciando insegurança dos automobilistas e dos peões. Estes factos não constituíram fundamento expresso do despacho



de indeferimento, contudo, como se disse, são do conhecimento do requerente por via da notificação atrás referida (ofício n.º 26618 datado de 02.11.2015 – fl. 89), e nunca o mesmo (até ao presente) os contestou.

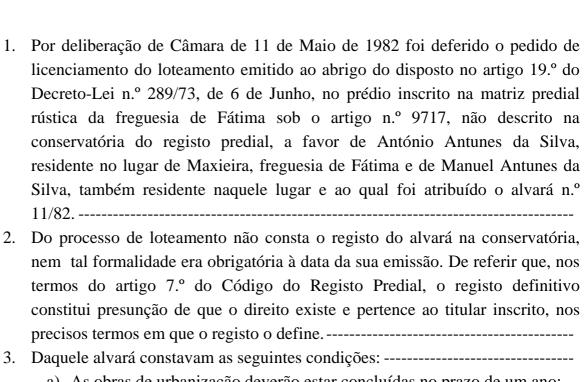






<u>LOTEAMENTO URBANO</u> -----



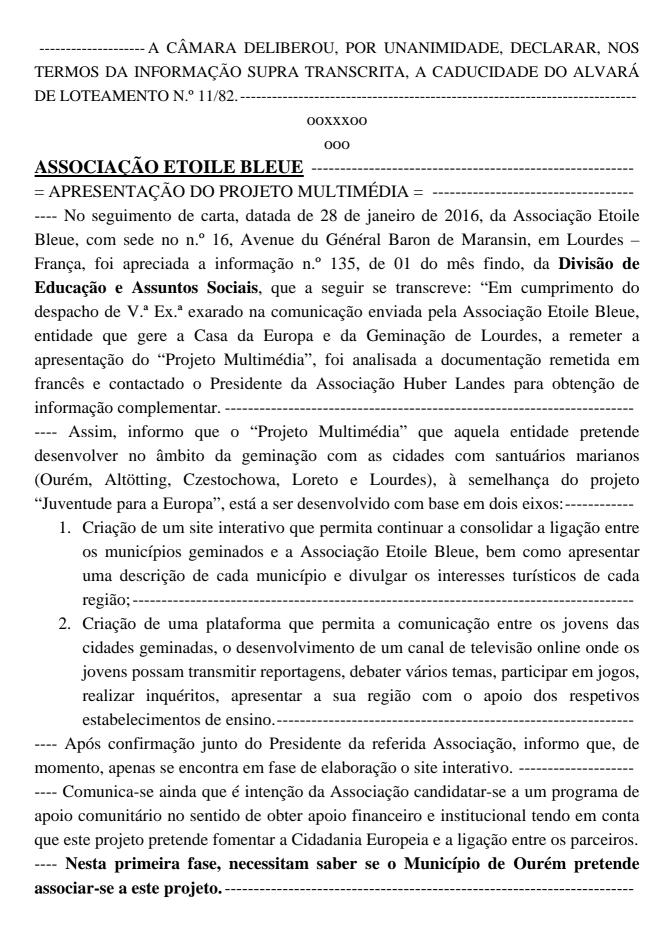


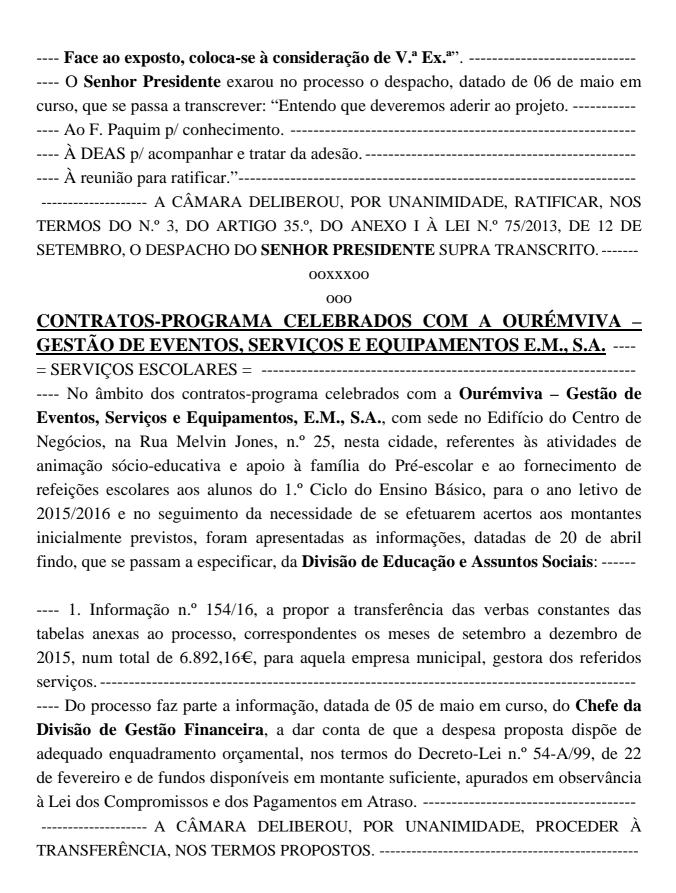
- a) As obras de urbanização deverão estar concluídas no prazo de um ano;-
 - b) O montante da caução destinada a assegurar a boa e regular execução das obras de infra-estruturas deverá ser de 1.637.600\$00 depositados à ordem da Câmara municipal de Vila Nova de Ourém; -----
 - c) O loteador compromete-se a incluir nas obras de urbanização e a construção do passeio fronteiro à área a lotear bem como a execução do lancil; ------
 - d) Correrá por conta do dos interessados a abertura de vala de esgoto que irá servir o loteamento; ------
 - e) De acordo com o que a Câmara acordou anteriormente o licenciamento dos projetos de construção estará sujeito a encargos de mais valias; -----
 - f) Serão constituídos quatro lotes, numerados de um a quatro, respetivamente com as áreas de 454, 454, 433 e 433 metros quadrados; -
 - g) Os projetos de construção deverão ser apresentados nesta Câmara no prazo de um ano a contar da data de conclusão dos trabalhos de infraestruturas. -----
- 4. Em 8 de Janeiro de 1986, os requerentes vieram informar que as obras de urbanização já estavam concluídas e solicitaram a vistoria para efeitos de receção definitiva e cancelamento da garantia bancária. -----
- 5. Os serviços técnicos de obras informaram a 10 de Fevereiro de 1986, que as condições impostas no alvará foram cumpridas. -----



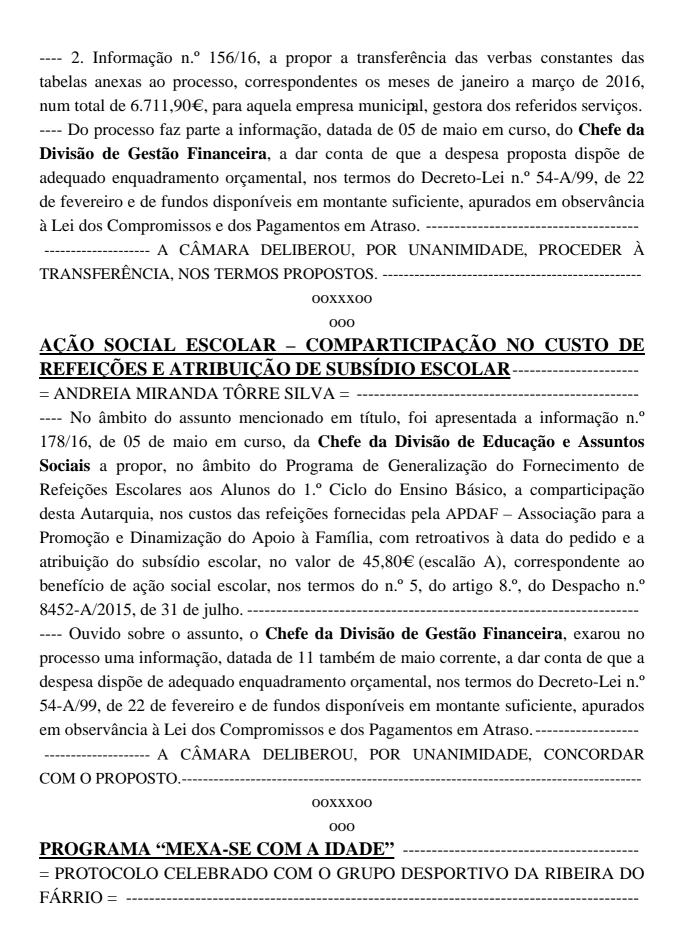
6. Nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 289/73, a licença de loteamento caduca:
a) Se os projetos definitivos das obras de urbanização não forem
apresentados dentro dos prazos estabelecidos;
b) Se o alvará de loteamento não for requerido no prazo fixado;
c) Se as obras de urbanização não forem iniciadas no prazo máximo de um
ano a contar da data do alvará de loteamento, ou concluídas no prazo
fixado pela câmara municipal;
d)Se, decorrido um ano sobre a emissão do alvará, as obras de
urbanização estiverem suspensas por mais de três meses ou forem
abandonadas, quando não tenha sido fixado prazo para a sua conclusão;
e)Se o loteamento não obedecer às prescrições constantes do respetivo alvará
7. Pela análise das descrições prediais e das certidões juntas ao processo, os lotes
foram registados a favor dos sujeitos ativos, mediante escritura de divisão de
coisa comum, lavrada no Cartório Notarial de Ourém, que teve por base o
loteamento n.º 11/82, pelo que o mesmo produziu apenas efeitos no momento
da inscrição dos prédios urbanos na matriz predial da freguesia de Fátima e
aquando da escritura da de divisão de coisa comum.
8. Todos os interessados e titulares do alvará manifestaram o seu interesse em
fazer cessar os efeitos do alvará e requereram a sua caducidade, dado que o
mesmo não foi registado
9. Decorridos cerca de 34 anos sobre a data da emissão do alvará, não existe
qualquer atualidade jurídica do loteamento, pelo que se compreende que os seus
promotores venham agora requerer a sua caducidade
10. A declaração formal do alvará não põe em causa os licenciamentos e as
construções existentes nos prédios por ele abrangidos
11. Por outro lado, o que serviu de divisão fundiária dos prédios não foi o alvará de
loteamento, mas a escritura de divisão de coisa comum
Conclusão
Face ao exposto e considerando que a declaração de caducidade é a forma
adequada de dar sem efeito o alvará do loteamento, propõe-se que o processo seja
remetido a reunião de Câmara, a fim de deliberar no sentido da declaração da
caducidade do alvará de loteamento n.º 11/82."

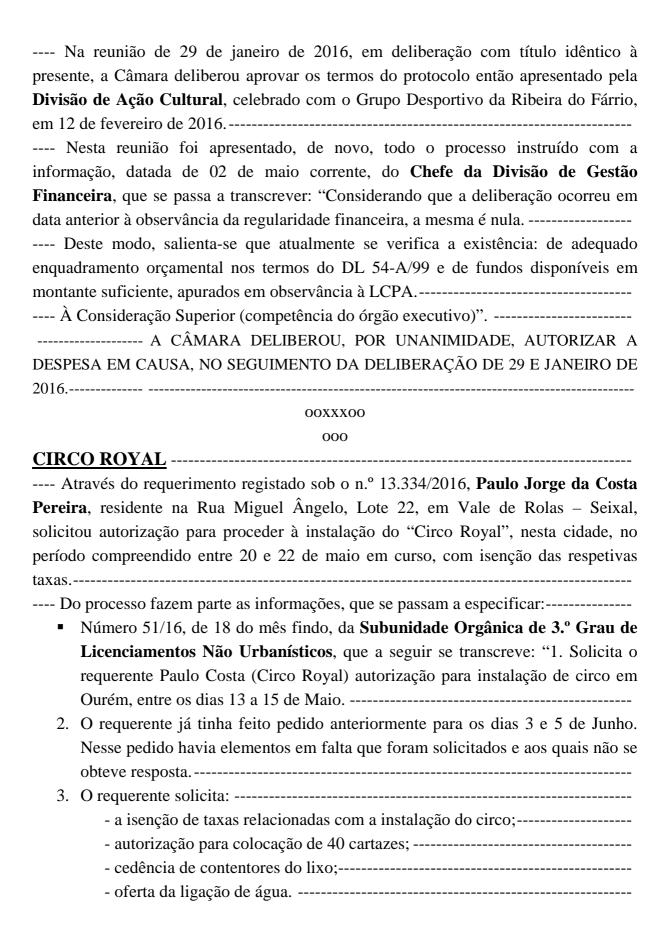


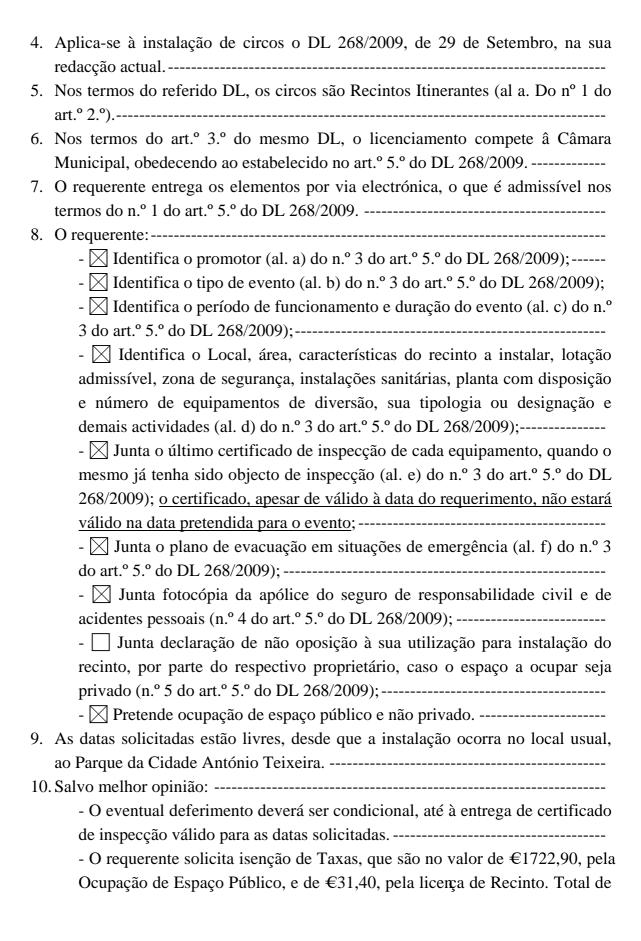








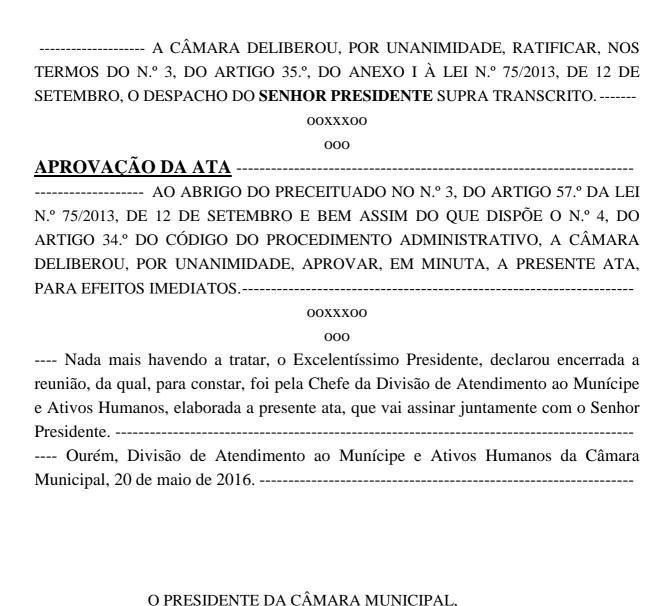






€1754,30. Não estão contabilizados os restantes apois solicitados, apenas as
despesas administrativas
- Nos termos do n.º 2 do art.º 34.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas
e Outras Receitas do Município de Ourém, a isenção de taxas está
dependente de deliberação da Assembleia Municipal favorável, sob proposta
da Câmara Municipal, não podendo ser concedida por mais de cinco anos,
sendo apenas possível uma renovação por igual limite temporal
- Nos termos do mesmo Regulamento, o n.º 2 do art.º 12.º admite a dação
em cumprimento, quando tal seja compatível com o interesse público e
suportada por deliberação de Câmara Municipal, com faculdade de
delegação no seu Presidente
- Nos termos do art.º 523.º do Código Civil, "A satisfação do direito do
credor, por cumprimento, dação em cumprimento, novação, consignação em
depósito ou compensação, produz a extinção, relativamente a ele, das
obrigações de todos os devedores."
- Assim, eventual isenção de taxas carece de autorização por parte da
Assembleia Municipal. Dação em cumprimento carece de deliberação de
Câmara ou de despacho do Sr. Presidente da Câmara, caso essa competência
lhe esteja delegada
- Fazendo o cálculo a €7,5 por cada bilhete de circo (estimativa nossa),
estaremos perante uma dação em cumprimento de 234 bilhetes
À consideração superior.";
■ Datada de 04 de maio em curso, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos
Sociais, que de igual modo se transcreve: "Exmo Sr. Presidente
Quanto às questões do circo apenas posso referir que há alguns empresários desta
írea de actividade que oferecem bilhetes às IPSS
Em contacto com o Sr. Paulo Jorge da Costa, gerente do circo Royal, o mesmo
referiu que estava disponível para oferecer um bilhete a todas as crianças em idade
oré-escolar e 1.º CEB (ensino publico/privado), num total de 2646 crianças desde que
s mesmas se façam acompanhar por um adulto
No verso do bilhete propõe que se inscreva "oferta do município de Ourém"
Face ao exposto, remeto o processo para apreciação
À Consideração Superior."
O Senhor Presidente exarou no processo o despacho, datado de 06 de maio em
eurso, que se passa a transcrever: "Aprovado nos termos habituais
À reunião p/ ratificar."





A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 20/05/2016

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

= Ampliação do número de compartes – Requerimento registado sob o n.º 13.959/2016, de Maria Vitória Abreu da Silva Ferreira, sobre prédio sito em Valada – Freguesia de Seiça.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Arrendamento de parcela de terreno na Avenida D. José Alves Correia da Silva Fátima Proposta de contrato de arrendamento com a MEO Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. Informação n.º 46/16, de 10 de maio em curso, da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Protocolo de colaboração para "Beneficiação e retirada da cobertura de fibrocimento do edifício sede da Freguesia de Urqueira" Pedido de adiantamento de verba Ofício n.º 20/16, de 29 de abril findo, da Freguesia de Urqueira;
- = Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Ourém (PEDU) Notificação de decisão final Ofício de referência Centro 2020-232/16, datado de 17 de maio em curso, da Senhora Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do CENTRO 2020.

3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Contrato de "Fornecimento com transporte de gasóleo rodoviário para garantir a operacionalidade das viaturas e equipamentos municipais durante 12 meses e até ao limite de 196.000,00€ Prorrogação de prazo Informação n.º 140/16, de 04 do mês em curso, da Contratação Pública e Aprovisionamento (CPA);
- = Implementação do Sistema Integrado de Mobilidade de Cova da Iria, em Fátima Regularização processual Informação n.º 144/16, datada de 09 de maio em curso, da CPA;
- = Construção do Centro Escolar de Olival Conta final;
- = Fornecimento de energia Acordo quadro de eletricidade da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Informação n.º 152/16, de 17 de maio em curso, da CPA

3.2. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

= Alargamento da Rua do Charco, em Valinho de Fátima – Freguesia de Fátima – Acerto de estremas – Informação n.º 101/16, de 08 do mês findo, do Serviço de Património e Notariado (PN);



= Cedência da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Casais de Abadia – Freguesia de Caxarias – Proposta de protocolo – Informação n.º 115/16, datada de 12 do corrente mês, do Serviço de PN.

4. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Contrato de prestação de serviços de limpeza urbana, recolha de resíduos sólidos e seu transporte a aterro final (Alvega) Sentença Arbitral Informação, datada de 05 de maio em curso, do Senhor Vice-Presidente;
- = Sistema de drenagem de águas residuais do Concelho de Ourém Devolução de verba Informação, datada de 05 de maio em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira;
- = Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos Contentores adicionais:
 - 1. Informação n.º 142, datada de 15 de abril findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
 - 2. Informação n.º 295, de 09 de maio corrente, da DAS;
 - 3. Informação n.º 296, de 06 de maio em curso, da DAS;
 - 4. Informação n.º 297, datada de 06 do corrente mês, da DAS;
- = Pedidos de autorização de descarga de águas residuais em ETAR:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 4789/2016, de José Ferreira de Oliveira;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 10.370/2016, de Manuel Simões Lopes;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 12.704/2016, de Luís Miguel Almeida Antunes;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Informação n.º 281/16, de 02 do corrente mês, da DAS;
 - 2. Informação n.º 310/16, datada de 10 de maio em curso, da DAS.

5. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Beneficiação/demolição de edificação Segurança e salubridade públicas Auto de vistoria n.º 7/2016, de 11 de janeiro;
- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 355/2010, de António José dos Santos Cunha, instruído com a informação n.º 59/16, de 09 de maio em curso, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
 - 2. Processo n.º 221/2013, de Fernando Oliveira Laranjeiro, instruído com a informação n.º 34/16, de 11 de maio em curso, do Serviço de Contencioso;
- = Loteamento Urbano Requerimento registado sob o n.º 427/2016, de António Antunes da Silva e outros, instruído com a informação n.º 13/16, de 13 de abril findo, do Chefe da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso.

6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Associação Etoile Bleue Apresentação do Projeto Multimédia Carta, datada de 28 de janeiro de 2016, da associação;
- = Contratos-programa celebrados com a Ourémviva Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. Serviços escolares:
 - 1. Informação 154/16, datada de 20 de abril findo, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
 - 2. Informação n.º 156/16, de 20 de abril findo, da DEAS;
- = Ação Social Escolar Comparticipação no custo de refeições e atribuição de subsídio escolar Informação n.º 178/16, de 05 de maio em curso, da Chefe da DEAS.

7. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL



= Programa "Mexa-se com a idade" - Protocolo celebrado com o Grupo Desportivo da Ribeira do Fárrio - Informação, datada de 02 de maio corrente, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira.

8. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

= Circo Royal – Carta registada sob o n.º 13.334/2016, de Paulo Jorge da Costa Pereira, referente a pedido de autorização para instalação do Circo, em Ourém.

Câmara Municipal de Ourém, 17 de maio de 2016

O Vice-Presidente da Câmara

Nazareno José Menitra do Carmo



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 06-05-2016 a 19-05-2016

Processo nº	Requerente	Local
2074/2015	Américo Mendes de Oliveira	Travessa de Santo António – n.º 16 - Cova de Iria – Fátima – freguesia de Fátima
674/2016	António Lopes Pereira	Rua dos Valinhos - Nº 17 - Aljustrel - freguesia de Fátima
594/2016	Augusto Pereira Gonçalves	Castelo de Ourém – Ourém – freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
583/2016	Bruno das Neves Roque	Estrada das Galegas Fartaria – Olival - da União das freguesias de Gondemaria e Olival
339/2014	Daniel Dias Antunes	Rua da Barroca – Mossomodia – União das freguesias de Gondemaria e Olival
735/2016	Fatialojamentos – Sociedade Hoteleira e Turismo, Lda	Rua de Santo António - nº 41 – Cova da Iria freguesia de Fátima
634/2016	Jacinta Maria Marto Santos	Rua Francisco Marto n.º 77 - Cova de Iria - Fátima
90/2012	João Tiago Henriques Moura Sousa Lopes	Largo do Rossio, n.º 2 – Alburitel – Freguesia de Alburitel
824/2016	Joaquim Gonçalves Lourenço	Estrada Nacional nº 356 - Mosqueiro - freguesia - Seiça
739/206	Leonel e Maria Rosa – Construções, Lda	Rua do Sobreiral – n.º 23 – Atouguia – freguesia de Atouguia
90/2016	Manuel Bento Domingos	Beco dos Olivais - Toucinhos - Alburitel - freguesia de Alburitel
354/2012	Manuel Jesus Cavadas	Rua do Canto, n.º 6 – Pinheiro – N.ª Sr.ª da Piedade
772/2016	Manuel Lopes dos Reis	Rua do Tijolo n.º 117 – Zambujeiro do Cão Atouguia – freguesia de Atouguia
603/2016	Maria Alice Ferreira de Oliveira Pereira	Vale da Perra – Atouguia – freguesia de Atouguia
613/2016	Maria da Conceição Reis Gomes	Rua das Azinheira – nº 64 -Zambujal – freguesia de Atouguia
155/2015	Natércia Gonçalves Lopes Mendes	Estrada Principal, n.º 68 – Soalheira – União das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
117/2016	Promic Marianos – Actividades Hoteleiras, Lda	Rua de São Paulo – n.º 2 - Cova da Iria – Fátima – freguesia de Fátima
180/2015	Promic Marianos – Actividades Hoteleiras, Lda	Rua de São Paulo – n.º 2 - Cova da Iria – Fátima – freguesia de Fátima
271/2012	Sérgio Manuel Marques Simões	Rua do Outeiro Alto – Casal dos Bernardos – União das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
2168/2015	Vodafone Portugal – Comunicações Pessoas, S.A	Zona Industrial de Casal dos Frades – Seiça freguesia de Seiça
1642/2015	Zulmira de Jesus Fernandes Silva	Travessa dos Cabeçinhos - Sobral – freguesia de Nossa Senhora da Misericórdias



Ourém, 20 de maio de 2016

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 06/05/2016 a 19/05/2016

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
11328	Associação do Montanhismo de Barcelinhos	Prova desportiva
12426	Município de Porto de Mós	Prova desportiva
12924	Município de Vila do Conde	Ocupação de espaço publico
12875	Nuno Miguel Oliveira Frazão	Licença de ruído
13397	Centro Cultural e Recreativo do Olival	Prova desportiva
13572	Junta de freguesia de Caxarias	Prova desportiva
13568	Junta de freguesia de Caxarias	Licença de Ruído
13242	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Atouguia	Licença de Ruído
13231	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Olival – Capela da Soutaria	Licença de Ruído
13240	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Atouguia-Capela das Fontainhas	Licença de ruído
11917	Coridal-Comércio de Tintas, Lda.	MCP – RJACSR
11416	Mohammad Naeem	MCP – RJACSR
11626	Maria Helena Oliveira dos Prazeres Neves	MCP – RJACSR
11379	Francisco José Rosa Órfão	MCP – RJACSR
13192	Manuel das Neves Coelho, Filhos, Lda.	Inspeção de elevador
13277	Steyler Fátima-Actividades Hoteleiras, Lda.	Inspeção de elevador
13123	Centro de Apoio a Pessoas Idosas Jorge Alves, Lda.	Inspeção de elevador
13195	Manuel das Neves Coelho, Filhos, Lda.	Inspeção de elevador
13193	Manuel das Neves Coelho, Filhos, Lda.	Inspeção de elevador
13194	Manuel das Neves Coelho, Filhos, Lda.	Inspeção de elevador
13857	Apdaf-Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família.	Manifestação Desportiva



Ourém, 20 maio de 2016

Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



PROTOCOLO ENTRE O MUNÍCIPIO DE OURÉM E A AUDO - ASSOCIAÇÃO UNIÃO DESPORTIVA DE OURÉM PREÂMBULO

É função do Município de Ourém contribuir para a promoção da realização de projetos culturais, recreativos, sociais e desportivos de qualidade e de interesse para o concelho.

Considerando que se encontra disponível no lugar de Casais de Abadia, da Freguesia de Caxarias, o Edifício Municipal onde funcionou a Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, considera-se ser a AUDO – Associação União Desportiva de Ourém a entidade mais ajustada para o seu usufruto, procurando tirar maior proveito para por em prática os seus objetivos.

Neste sentido o Município de Ourém celebra com a AUDO – Associação União Desportiva de Ourém, o presente protocolo de cedência daquela instalações, na certeza de que é garantido o pleno aproveitamento das mesmas para iniciativas de interesse da associação.

É celebrado o presente protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula I

Identificação dos outorgantes

O presente protocolo de cedência de instalações da antiga escola do 1º Ciclo do Ensino Básico é celebrado entre:

Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o n.º 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II, n.º 1, na Cidade de Ourém, adiante designado como Primeiro Outorgante, devidamente representado pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca.

AUDO – Associação União Desportiva de Ourém, pessoa coletiva com o n.º 510 973 655, com sede no Jardim de Le Plessis Trévise, também na Cidade de Ourém, adiante designada como Segundo Outorgante, devidamente representada pelo Excelentíssimo Presidente da Direção, João Nuno Crespo Godinho de Oliveira.



Cláusula II Objeto

O presente protocolo tem por objeto a cedência do edifício municipal – antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, de Casais da Abadia – Caxarias, que se encontra desativado, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 982 da Freguesia de Caxarias e descrita na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 3561 da mesma freguesia, à AUDO – Associação União Desportiva de Ourém, tornando-o num pólo agregador de sinergias que poderão trazer contributos positivos para o desenvolvimento social, cultural, desportivo e recreativo do Concelho.

Cláusula III

Período de vigência

Sem prejuízo de eventuais revisões dos termos contratuais, o período de vigência deste protocolo é de um ano, a contar da data da sua assinatura, sendo renovado automaticamente por igual período, caso não seja denunciado por qualquer das partes, com 30 dias de antecedência.

Cláusula IV

Direitos e deveres do primeiro outorgante

- 1. O primeiro outorgante compromete-se a ceder a gestão do edifício municipal antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Casais da Abadia Caxarias, ao segundo outorgante, para que aí possam ser postos em prática os objetivos definidos na Cláusula II do presente protocolo.
- 2. O primeiro outorgante reserva para si o direito de efetuar vistoria às condições das instalações, informando com a devida antecedência o Segundo Outorgante.

Cláusula V

Direitos e deveres do segundo outorgante

- O Segundo Outorgante será responsável pelo acompanhamento da gestão e manutenção do edifício municipal e das respetivas infraestruturas incumbindo-lhe:
 - 1 Fazer uma utilização normal e prudente do espaço, equipamentos e infraestruturas adstritas ao mesmo;
 - 2 Utilizar e gerir o espaço disponibilizado, tornando-o um pólo de desenvolvimento;



- 3 Suportar todas as despesas de água e eletricidade;
- **4** Suportar todas as despesas inerentes à manutenção dos espaços exteriores e interiores, caso existam;
- 5 Manter o recinto da escola nas melhores condições;
- **6** Efetuar um seguro que cubra eventuais danos que possam ocorrer aos intervenientes, durante a presença do segundo outorgante no espaço em apreço e suportar os respetivos custos;
- **7** Não efetuar obras ou qualquer outro tipo de alterações no espaço, infraestruturas anexas ou equipamentos cedidos, exceto com a prévia autorização do primeiro outorgante;
- **8 -** A utilização deste Edifício Municipal está exclusivamente afeto ao segundo outorgante, não podendo este cedê-lo a terceiros, devendo cumprir o objeto estatutário legal e os fins associativos previstos.

Cláusula VI

Devolução do espaço, infraestruturas e equipamentos

Aquando do *terminus* do presente protocolo, qualquer que seja a causa, o Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Devolver ao Município de Ourém o espaço cedido, livre de quaisquer ónus ou encargos;
- b) Devolver as infraestruturas e os equipamentos cedidos, no estado de conservação em que os receberam, sem que haja direito a qualquer indemnização por eventuais benfeitorias por si realizadas.

Cláusula VII

Casos omissos

As questões omissas no presente protocolo serão resolvidas por acordo das partes.

Cláusula única

O presente protocolo contém três folhas, todas numeradas e rubricadas pelos representantes daquelas entidades, à exceção da última que contém as suas assinaturas, sendo feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das entidades outorgantes.



	Ourém, de de 2016
O Primeiro Outorgante O Município de Ourém	O Segundo Outorgante A AUDO – Associação União Desportiva
	de Ourém
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	João Nuno Crespo Godinho de Oliveira